

CSB - CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

Antônio Fernandes dos Santos Neto

Saúdo aqui a mesa, nosso querido Chico Macena, o Vitor Pagani, nosso companheiro, todos os demais companheiros das centrais, a diretora técnica Adriana, o presidente Luiz Gonzaga e todos os companheiros e companheiras que aqui estão. É uma honra muito grande estar aqui hoje.

Este é um espaço de reflexão e de compromisso social para debater os desafios da valorização da renda e do trabalho no Brasil. E é ainda mais especial porque celebramos os 70 anos do DIEESE: sete décadas de produção de conhecimento, de rigor técnico, de autonomia e, acima de tudo, de compromisso com a classe trabalhadora brasileira.

Eu sou filho de ferroviário, líder sindical que, junto com Tenório, ajudou a fundar o DIEESE. O velho Guarino, dos ferroviários da antiga Sorocabana, também deu grande contribuição na construção desta entidade.

O DIEESE nasceu em um período de enorme adversidade, mas se transformou na mais respeitada instituição de pesquisa do mundo do trabalho na América Latina. Uma instituição reconhecida por governos, empresas, universidades e por todos nós do movimento sindical.

Eu agradeço ao DIEESE por existir e agradeço ao DIEESE por resistir. Não é fácil.

Há décadas, a participação da renda do trabalho no PIB brasileiro permanece baixa e estável. Mesmo quando crescemos, a renda do trabalhador não cresce no mesmo ritmo. Muita gente produz muito e recebe pouco. Isso não é apenas uma questão de justiça social; é também um problema econômico sério.

Sem renda no bolso do trabalhador, não há consumo forte, não há produtividade que se sustente, não há desenvolvimento que se espalhe pelo país.

Hoje vivemos um momento diferente e desafiador. A digitalização, a automação e a economia de plataformas estão mudando profundamente a forma de trabalhar.

E não se trata mais apenas da informalidade ou da terceirização. Estamos falando de milhões de trabalhadores que hoje trabalham mediados por aplicativos, sem renda estável, sem direitos, sem previsibilidade e, muitas vezes, sem nenhum diálogo com as empresas. Isso pressiona os salários para baixo, torna a renda instável e aumenta a desigualdade.

Mas nós estamos enfrentando essa agenda: no Brasil, dialogando com

o governo e com o Congresso Nacional; e, no cenário internacional, levando esse debate à Organização Internacional do Trabalho, na construção de uma convenção para garantir trabalho decente nas plataformas digitais.

Isso é um passo histórico. Não foi fácil. Este ano, na Organização Internacional do Trabalho, perdemos quatro dias apenas para decidir se construiríamos ou não uma convenção internacional para trabalhadores de plataformas. Não é, Giovanni? Nós estávamos lá.

Foram reuniões até as quatro da manhã, todos os dias, porque o patronato, os Estados Unidos e a própria China não querem uma convenção internacional que garanta trabalho decente nas plataformas.

E, no Brasil, felizmente, temos algumas conquistas. Alguns companheiros já falaram aqui.

A valorização do salário mínimo é fundamental. E, embora possamos dizer que ainda não é suficiente, quando alguém comparava dizendo “eu ganhava dois ou três salários mínimos”, o salário mínimo não valia nada.

Nós lutávamos, há um tempo atrás, por um salário mínimo de 100 dólares. Essa era a nossa grande luta. Hoje, o salário mínimo está em 280 dólares e ainda continuamos achando pouco.

Esse salário mínimo impacta mais de 50 milhões de trabalhadores e corrige o eixo básico da renda no Brasil.

A isenção do Imposto de Renda até cinco mil reais é uma excelente conquista. Só que ela representa 50% do que deveria ser feito. A tabela do Imposto de Renda está defasada em 140%.

Quando você corrige apenas até cinco mil, você não corrige a tabela do Imposto de Renda. Uma correção de 140% levaria salários de até R\$ 9.550 à isenção do Imposto de Renda no Brasil. E, a partir daí, você poderia ampliar a tabela.

Mas é uma grande conquista. E veja o sacrifício que foi essa disputa no Congresso. O Patah brincou aqui: “vamos eleger o Lula no ano que vem”.

Não é suficiente eleger o Lula. Nós precisamos eleger um Congresso progressista, com companheiros e companheiras comprometidos com a classe operária e com os trabalhadores.

É importante eleger o Lula? Com certeza. É muito importante. Mas, se não tivermos o Congresso, vamos continuar como estamos agora.

Há três anos, neste governo, não conseguimos mover uma vírgula da Consolidação das Leis do Trabalho diante de todo o desastre feito pelo governo Michel Temer e aprofundado pelo bolsonarismo.

Esse é um processo de construção. Ainda temos a Lei da Igualdade das Mulheres. Veja: o patronato foi ao Supremo Tribunal Federal questionar a en-

trega dos relatórios que deveriam ser apresentados.

Esse patronato escravocrata nos atropela sempre. Estamos vendo isso nas discussões da Conferência Nacional do Trabalho que têm acontecido no Brasil.

E é bom lembrar que todos esses avanços que temos conquistado caminham na direção correta e contaram com o apoio imprescindível da participação do DIEESE.

O DIEESE sempre esteve junto para nos municiar, nós dirigentes das centrais e dirigentes sindicais do Brasil, para sentarmos à mesa, seja com o patrão, com o governo, com o Congresso Nacional, com o Senado Federal ou com quem quer que seja.

O papel dos sindicatos é muito importante. Nenhum país do mundo valorizou a renda sem sindicatos fortes.

É na negociação coletiva — e o Patah falou corretamente — que a renda vira cláusula, vira direito, vira proteção concreta.

E, para isso, precisamos de financiamento estável, de liberdade sindical plena, sem abrir mão das conquistas da unicidade sindical e do sistema confederativo, do reconhecimento da representação e da capacidade técnica que o DIEESE nos oferece há 70 anos.

Por isso, este aniversário que estamos celebrando aqui não é apenas simbólico; ele é político. Ele reafirma o papel dos sindicatos e da técnica a serviço da classe operária e da classe trabalhadora.

Se queremos realmente valorizar a renda, precisamos de uma agenda estruturada. As centrais têm trabalhado muito nisso, não é, Clemente?

Nós, da Central dos Sindicatos Brasileiros, pensamos em cinco pilares:

Primeiro: uma política salarial permanente, que vá do salário mínimo aos pisos profissionais. Precisamos impulsionar os pisos — o salário mínimo nacional, os pisos regionais e os pisos por categoria.

Segundo: uma reforma tributária que alivie o peso sobre o salário e amplie a progressividade para os mais ricos.

Terceiro: uma regulação moderna para o trabalho digital, com direitos, transparência algorítmica e renda mínima.

Quarto: uma política industrial e tecnológica que retome nossa capacidade produtiva e gere emprego de qualidade.

Quinto: educação profissional de nível elevado, conectada à economia digital, garantindo oportunidades reais à juventude trabalhadora.

Companheiros, para encerrar: a valorização da renda não é apenas um debate econômico; é um projeto de país. É decidir se o trabalhador brasileiro

terá condições de viver com dignidade, de planejar sua vida, educar seus filhos e envelhecer com tranquilidade.

É por isso que momentos como este são importantes, porque o DIEESE, ao completar 70 anos, continua sendo uma luz que ilumina o caminho da classe trabalhadora.

Parabéns ao DIEESE. Parabéns aos seus técnicos, aos seus diretores — atuais e anteriores —, aos sindicatos que sustentam o DIEESE e aos milhões de trabalhadores que se beneficiam do seu trabalho.